



MÁRIO NEME

(02 de maio de 1912 — 14 de março de 1973)

Diretor do Museu Paulista da Universidade de São Paulo de 1961 a 1973



MARCO NEGRO

(02 de maio de 1911 - 14 de março de 1973)

Exterior do Museu Paulista da Universidade de São Paulo de 1961 a 1973

APRESENTAÇÃO

Quando apareceu, em 1971, o livro de Mário Neme “Fórmulas Políticas no Brasil Holandês”, minha primeira reação foi perguntar a mim mesmo: que tipo de inspiração ou motivo teria levado o “caipira de Piracicaba” — tão mergulhado sempre na realidade histórico-social de sua região e depois preocupado em transpor, para a literatura, a fala popular do centro-sul brasileiro — a se aprofundar e se apaixonar pelo estudo dos meandros e das peripécias que caracterizaram a existência do Brasil Holandês?

Amigo de Mário Neme, com ele convivi mais freqüentemente como colega de imprensa, na época em que escreveu seus dois livros de contos (1941-1944) e, mais tarde, de 1953 a 1956, quando ele e eu trabalhamos, como assessores do professor Jaime Cortesão, no planejamento e na montagem da exposição de história comemorativa do quarto centenário da cidade de São Paulo.

Seus primeiros trabalhos publicados (de 1936 a 1940) focalizavam, quase todos, o passado e o presente de sua cidade natal — sua fundação, sua existência no século XVIII e os aspectos sociais e econômicos de sua organização agrária.

Concentrou-se, em seguida, na ficção sua atividade intelectual e ele publicou dois volumes de contos, “Donana Sofredora” e “Mulher que sabe latim...”, que mereceram, por parte da crítica, manifestações divergentes e até contraditórias. Mário de Andrade definiu bem sua mensagem lingüística: “Não se trata mais de uma fala popular, uma fala que diríamos folclórica, como a transposta artisticamente por Valdomiro Silveira. Mário Neme criou o que seria a fala de um caipira popularesco de qualquer cidadinha já bastante urbanizada e escolada do interior paulista. Caipira muito escutador de rádio e vitrola”.

Os dois livros de contos de Mário Neme constituem, a meu ver, curiosas realizações pelo que revelam como exploração de um filão singular. Não vejo influência marcante, em sua ficção, de nenhum dos ficcionistas brasileiros da geração anterior à sua. Nem mesmo de Antonio de Alcântara Machado. Ou de Mário de Andrade, a não ser a preocupação de transpor para a literatura a fala popular.

O crítico Sérgio Milliet observava, então, que a evolução por que o autor havia passado, do primeiro para o segundo livro, apontava uma rota de enriquecimento, a literatura urbana, “dentro de uma complexidade já bem maior que a de seus primeiros contos de literatura provinciana”.

Entretanto, Mário Neme não prosseguiu em sua carreira de contista. Penso que se o tivesse feito, escudado em seus admiráveis dotes de obser-

vador da tragédia ou da comédia humanas e utilizando-se do instrumento que tão bem manejava — a fala do interior de São Paulo — poderia ter dado contribuição ainda mais valiosa à ficção de São Paulo e talvez ao romance paulista.

Também estou convencido — embora jamais ouvisse dele qualquer manifestação nesse sentido — de que ele não prosseguiu em sua carreira de contista porque seus dois livros não tiveram o sucesso de crítica que ele esperava e não lhe deram a notoriedade e a popularidade de que puderam desfrutar alguns romancistas brasileiros revelados ao público na década anterior.

Sua atividade intelectual se aplicou, de então por diante, sobretudo à pesquisa de documentos e à elaboração de estudos e ensaios em torno de problemas da história de São Paulo e do Brasil — trabalhos que começaram a ser publicados, pela imprensa, ao longo dos anos 50.

Revelou-se desde logo um pesquisador paciente e metucioso, de assombrosa tenacidade. Fui testemunha da pachorra com que ele — sem ser paleógrafo — passava horas e horas tentando decifrar os terríveis garranchos de documentos dos séculos dezesseis e dezessete, como se só a grafia original desses registros pudesse lhe desvendar os segredos de vetustas épocas e assim permitir que ele confirmasse ou retificasse pontos que lhe pareciam duvidosos na historiografia paulista e brasileira.

Dessas pesquisas resultou um livro notável, editado em 1959, “Notas de Revisão da História de São Paulo”, em que ele denunciou a deturpação de velhos textos, mostrando que não bastava o prestígio de antigos cronistas “para dar foros de verdade a tudo o que escreveram” e recolocando, em novas bases, muitos aspectos da história quinhentista de São Paulo.

Acredito que o feito polêmico e combativo de Mário Neme, que se comprazia em apontar erros, em desmascarar falsas convicções consagradas, em destruir certos mitos da historiografia brasileira tradicional, o tenha levado, entre outras possíveis razões, ao estudo do período da dominação holandesa do Nordeste.

Em seu livro “Fórmulas Políticas no Brasil Holandês” procurou evidenciar que a dominação flamenga em Pernambuco se caracterizou por medidas que alteraram, para pior, a ordem econômica, política e jurídica até então existente no Nordeste brasileiro. E que tudo aquilo que, em contrário, tem sido acolhido por uma historiografia convencional e desatenta à realidade histórica, resultou da divulgação tendenciosa de Barléu e de outros intelectuais da época, segundo a qual o Conde de Nassau instituiu no Nordeste brasileiro um regime de franquias constitucionais e de liberdades públicas. Daí escrever, no capítulo final desse livro, que “os holandeses que desembarcaram em Olinda em fevereiro de 1630 nada tinham a ensinar aos pernambucanos em matéria de organização política ou em matéria de relações jurídicas”.

Em sua Nota Preliminar a este livro que ora se publica — “O Brasil Holandês no Tempo de Nassau” — repete o autor que a imagem de Nassau como personagem de tantas virtudes tem sua origem remota no grande livro de Barléu, feito por encomenda do próprio Conde — e observa ironicamente: “Era este exuberante escritor — titular da cátedra de eloquência latina — um reputado especialista na confecção de elogios sob medida, em prosa e verso. Gozava das boas graças de reis, príncipes e altos personagens, que o recompensavam com largueza para cantar-lhes os feitos e as virtudes, reais ou aparentes”.

Derrubando convicções consagradas e cristalizadas na tradição dos estudos históricos — como essa que vê na dominação flamenga do Nordeste, sob a inspiração de Nassau, um reduto de humanismo e de liberalismo ou como aquelas outras pseudo-realidades históricas denunciadas nos estudos que empreendeu sobre o quinhentismo paulista — Mário Neme se configura, de certa forma, como uma espécie de justiceiro da historiografia brasileira, pondo-se em campo para restabelecer a verdade onde quer que a mentira e a imaginação facciosa houvessem deturpado a “nudez crua” das coisas.

Não pretendo, dizendo isso, atribuir a Mário Neme o perfil de um xixote das letras históricas. Nem afirmar que sua postura desmereça seu admirável esforço de pesquisador. Mesmo porque, no campo da historiografia, nada mais saudável que a permanente crítica dos documentos, a incessante revisão das posições antes estabelecidas, a busca de novas interpretações. Desde que feitas com a honestidade e a seriedade que caracterizaram sempre as pesquisas de Mário Neme.

Este seu último livro — que se publica dez anos depois de sua morte — aí está. Que sobre ele se manifestem os estudiosos desse dramático capítulo da história de nosso país constituído pela invasão e o domínio do Nordeste por tropas holandesas.

Ernani Silva Bruno